



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

PAR. 02001.000644/2016-99 COHID/IBAMA

Assunto: Reuniões públicas sobre o Projeto Básico Complementar Alternativo da UHE Santo Antônio (processo 02001.000508/2008-99).

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Reuniões públicas sobre o Projeto Básico Complementar Alternativo da UHE Santo Antônio.

I. INTRODUÇÃO

1.O Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio prevê a elevação do nível d'água máximo normal do reservatório em 0,80 metros e o acréscimo de seis unidades geradoras no leito do rio, passando de 12 (doze) para 18 (dezoito) unidades, totalizando 50 unidades geradoras, a fim de incremento da potência instalada (passando para 3.568 MW). O documento inicialmente protocolado pela SAE, como subsídio para avaliação dos impactos socioambientais decorrentes da alteração do projeto, e demais complementações foram analisados nos PTs 40/2012, 68/2012, 546/2014 e 1583/2014 COHID/IBAMA e NTs 5493/2013, 5875/2013 e 6673/2013 COHID/IBAMA.

2.A reunião pública, como parte do processo de avaliação técnica do alteamento da cota do reservatório da UHE Santo Antônio, foi realizada em Porto Velho, no dia 18 de dezembro de 2013.

3.Após a realização da reunião pública, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de Rondônia ajuizaram uma Ação Civil Pública (1339-57.2014.4.01.4100), cuja decisão judicial foi “... **DEFIRO** o pedido liminar para determinar ao IBAMA que se abstenha de conceder qualquer tipo de autorização capaz de permitir que a Usina de Santo Antônio eleve o nível de seu reservatório, até que a sociedade possivelmente atingida pela alteração da cota do reservatório do empreendimento tenha oportunidade de participar de uma nova audiência Pública em suas respectivas localidades”.

4.Neste contexto, foi emitido o Memorando nº



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

81/2014-COJUD/PFE/IBAMA-SEDE/PGF/AGU, de 15/05/2014, com a seguinte orientação: “*Em vista da decisão judicial, fica o IBAMA impedido de emitir a autorização para a elevação da cota do reservatório da usina hidrelétrica até que novas audiências sejam realizadas ou que tal decisão seja suspensa por recurso já interposto pelo IBAMA*”.

5. Por meio do MEM. 02001.018308/2015-11 CGENE/IBAMA, foi solicitada orientação à PFE/IBAMA quanto ao número de reuniões públicas a serem realizadas e locais a serem contemplados para atendimento à decisão judicial. Em resposta, o documento Cota n.00020/2016/COJUD/PFE/IBAMA-SEDE/PGF/AGU indicou que as questões são de cunho administrativo.

6. Dessa forma, este Parecer Técnico tem objetivo de fornecer subsídios para a definição das localidades de novas reuniões públicas e oficinas preparatórias, e estabelecer procedimentos gerais a serem adotados pelo empreendedor.

II. ANÁLISE

-Oficinas preparatórias

7. No documento “Atendimento às solicitações do Of. 02001.006815/2013-41 DILIC/IBAMA”, a SAE propôs a reunião pública em Porto Velho, direcionada às famílias diretamente atingidas pela elevação da cota. Conforme relatado na NT 6673/2013, foi solicitada à SAE a realização de “(...) reuniões, no formato de oficinas, com o público diretamente atingido, com o objetivo de apresentar as informações sobre o projeto e seus impactos, de forma a qualificar essa população a participar das reuniões públicas que irão ocorrer”. No entanto, a SAE justificou a não necessidade de realização das oficinas, afirmando que diversas ações de comunicação social sobre a temática já havia sido executadas e que seria, naquele momento, difícil coordenar a atividade nas comunidades, em consequência do contexto político/social.

8. Diante disso, a NT 6673/2013 indicou “a importância dessa metodologia [oficinas] no preparo das comunidades para a participação nas reuniões ampliadas, no entanto, diante das dificuldades relatadas pelo empreendedor para a realização dos eventos, entende-se que há possibilidade de substituição desta ação, por outras metodologias e ferramentas de comunicação social.”, além de “Com a supressão da realização das oficinas, deve-se ter um comprometimento da SAE no sentido de um amplo processo de divulgação e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

informação a população de modo geral. Prestando todas as informações pertinentes sobre o aumento da cota do reservatório, suas implicações e impactos sociais e ambientais.”

9. Durante a reunião pública em Porto Velho, verificou-se que as ações prévias de comunicação desenvolvidas pela SAE não se mostraram eficientes na prestação de informações quanto ao alteamento da cota do reservatório, conforme exposto no PT 546/2014: *“Percebeu-se ainda, que as informações apresentadas pela concessionária, em atendimento ao Plano de Comunicação, não foram suficientes para sanar as dúvidas da sociedade”*. Assim, o PT recomendou a *“(…) realização de medidas complementares de comunicação e informação principalmente relacionadas as áreas potencialmente afetadas e as medidas de controle e mitigação de impacto.”*

10. Nesse contexto, a SAE encaminhou o Plano de Comunicação Complementar, referente as oficinas em Jacy-Paraná, por meio do documento SAE/PVH: 0266/2014. Foram realizadas 07 (sete) oficinas, entre os dias 09 e 26 de junho de 2014, distribuídas em três locais: Escola Municipal Cora Coralina, Escola Municipal Joaquim Vicente Rondon e no Colégio Tiradentes da Polícia Militar.

11. Para a condução das Oficinas, a SAE contratou a empresa Arcadis Logos S. A. O desenvolvimento das atividades contou com técnicas participativas, por meio de murais informativos. O trabalho contou com a participação de 201 moradores e abordou as seguintes temáticas: (i) nova cota do reservatório; (ii) a regra operativa determinada pela Agência Nacional das Águas (ANA) para Jacy-Paraná; e (iii) a questão da educação para a cidadania.

12. Nota-se que mesmo com a realização das ações de comunicação, persistiam dúvidas, principalmente, sobre o alteamento e a nova cota de segurança para Jaci Paraná, conforme constatou-se em vistoria técnica realizada no dia 08/04/2015 - NT 02001.000812/2015-65 COHID/IBAMA. O processo de remoção emergencial de famílias localizadas dentro dessa nova cota de segurança (cota 75,5 m), estabelecida pela ANA, e a falta de esclarecimento, por parte da SAE, gerou grande expectativa na comunidade local quanto a um possível remanejamento.

13. Vale ressaltar que a realização das oficinas é de extrema importância para sensibilizar, divulgar, informar e esclarecer a comunidade sobre o real significado da elevação do nível d'água máximo normal do reservatório em 0,80 m, preparando-a adequadamente para as reuniões públicas. 14. Evidentemente, outras ferramentas de comunicação social são necessárias para atingir tais objetivos, como reuniões a grupos comunitários, lideranças locais, associações e demais organizações representativas das áreas envolvidas, porém



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

como complemento às oficinas.

15. Assim, recomenda-se que a SAE realize oficinas preparatórias nas comunidades próximas ao reservatório, utilizando-se de ferramentas de comunicação claras, lúdicas e acessíveis aos públicos-alvo, adaptando os métodos de comunicação a cada localidade de forma específica. As oficinas devem ser realizadas nos reassentamentos da SAE, no reassentamento da UHE Jirau (Vida Nova), em Jaci-Paraná e região, a exemplo da Linha Santa Inês e Linha do IBAMA, e no assentamento Joana D'Arc.

16. É importante que as oficinas sejam divulgadas para toda a comunidade, incluindo os proprietários de imóveis rurais que ficam próximos ao reservatório, de modo que possam participar desse momento de informação e de preparação para as reuniões públicas.

17. Nesse sentido, espera-se que a SAE estabeleça um novo plano de comunicação, que envolva oficinas preparatórias, de tal forma que a mensagem chegue sem ruídos aos interessados. Destacar durante as oficinas a importância da participação comunitária, dando oportunidade para que os presentes possam expor suas opiniões e perguntas. É importante que esses questionamentos sejam considerados durante as apresentações nas reuniões públicas.

18. O plano deverá prever a confecção e distribuição de *folders*, cartilhas, cartazes, faixas e demais recursos visuais que se mostrarem pertinentes, prever divulgação de campanhas informativas em rádios FM e AM, carro de some jornais locais, assim como *homepage* em site próprio com informações sobre as datas, os horários, os locais das oficinas e das reuniões públicas.

19. Em relação a cartilha, cabe destacar que o material produzido deve servir para consulta e subsídio à participação da comunidade nas reuniões públicas e que, embora sua informação seja mais densa e aprofundada, a linguagem, os conceitos e as definições devem ser introduzidos de forma sutil, sempre acompanhados de explicações acessíveis ao público-alvo. As oficinas devem ser conduzidas por profissionais especializados em metodologias participativas.

20. O Ibama deverá ser comunicado com antecedência mínima de 20 dias sobre as datas e os locais das oficinas, de modo a viabilizar a participação de representantes do órgão. A SAE deve encaminhar ao Ibama, após a execução do plano de comunicação, relatório comprovando as ações realizadas.



- Definição dos locais de realização das reuniões públicas

21. Durante a reunião pública realizada em Porto Velho, foram realizados debates sobre os diversos questionamentos da população presente no evento. O PT 546/2014 COHID/IBAMA sistematizou tais questionamentos. Sobre a necessidade de realizar a reunião em outras localidades, o PT 546/2014 relatou que *“Os presentes questionaram o processo de divulgação da Reunião Pública, assim como o local selecionado para o evento (Porto Velho). Muitos solicitaram a realização de Reunião Pública em Jaci-Paraná, por se tratar de comunidade diretamente afetada com os impactos do novo projeto”*.

22. Ressalta-se que a NT 6673/2013 COHID/IBAMA, que analisou a proposta da SAE sobre a reunião pública indicou a realização de *“reuniões públicas, sendo uma em Porto Velho e outra em Jaci-Paraná (...)”*.

23. A indicação dessas duas localidades se justifica face aos impactos decorrentes do alteamento da cota máxima de operação da UHE Santo Antônio, que causará importantes impactos socioambientais, com aumento da área alagada, aumento da área a ser desapropriada para a formação do reservatório e consequente renegociação para a aquisição destas áreas. Nesse processo, diversas famílias e propriedades serão afetadas pelo reservatório e pela cota de proteção estabelecida pela ANA. Esses impactos diretos, oriundos do PBCA, estão inseridos na região de Porto Velho, o que justifica a realização da reunião pública neste município.

24. O fato da reunião pública realizada em dezembro/2013 não ter cumprido adequadamente os objetivos de apresentar o projeto, os impactos e as medidas mitigadoras à sociedade e de sanar as dúvidas da população quanto ao projeto, conforme exposto no PT 546/2014, enseja a necessidade de nova reunião pública em Porto Velho. Acrescenta-se a essa justificativa, a ocorrência de alterações significativas no projeto, como mudança na regra operativa da usina, requerendo, portanto, atualização das informações.

25. A nova reunião pública em Porto Velho não deve se restringir à participação dos poderes municipal e estadual e dos órgãos de controle, mas também envolver o público em geral, as organizações sociais e as famílias diretamente atingidas.

26. Indica-se uma segunda reunião pública em Jaci-Paraná, em função da complexidade do tema, dos impactos socioambientais serem de grande relevância no local entorno, por ser uma solicitação da comunidade e ser um ponto estratégico para locomoção (devido à proximidade com a BR-364). Esta localidade atenderá os moradores do bairro Parque dos



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Buritis, do distrito de Jaci, além das famílias afetadas nas proximidades.

27. As demais comunidades atingidas ou potencialmente atingidas, como aquelas da margem esquerda do rio Madeira, deverão ser atendidas nas reuniões públicas em Porto Velho e/ou Jaci-Paraná, com a garantia de transporte pelo empreendedor. Caso esse transporte seja inviável, reuniões também deverão ocorrer nessas localidades.

28. A SAE deverá apresentar proposta de locais para a realização das reuniões públicas, priorizando locais amplos, seguros, centrais e garantindo estrutura necessária. Os locais devem ter capacidade condizente com a perspectiva de público participante, e serem servidos por transporte público de passageiros, que possibilite o deslocamento individual dos interessados.

29. Ressalta-se que as oficinas e reuniões públicas devem priorizar dias e horários que propiciem uma maior participação popular.

III. CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÕES

30. Conforme avaliação realizada ao longo deste Parecer Técnico, recomenda-se que as novas reuniões públicas, para apresentação do Projeto Básico Complementar Alternativo da UHE Santo Antônio e suas atualizações, sejam realizadas em Porto Velho e no distrito de Jaci-Paraná.

31. Com o objetivo de informar adequadamente a comunidade sobre o alteamento da cota do reservatório, os impactos e as medidas mitigadoras previstas, recomenda-se que a SAE:

a) apresente um novo Plano de Comunicação, contemplando:

- i. oficinas preparatórias direcionadas às comunidades de Jaci-Paraná e região, dos reassentamentos da SAE e da UHE Jirau e do assentamento Joana D'Arc;
- ii. as ferramentas, os métodos e os materiais de comunicação a serem utilizados nas oficinas e reuniões públicas;
- iii. procedimentos de divulgação dos eventos, inclusive nas propriedades rurais;
- iv. previsão de cronograma das atividades;
- v. proposta de locais para a realização das reuniões públicas.

32. Após a execução do plano, o relatório comprovando as ações realizadas deve ser



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

encaminhado ao Ibama.

- b) disponibilize, para as reuniões públicas, transporte para as comunidades e interessados da área de influência do empreendimento;
- c) realize as oficinas priorizando dias e horários que permitam maior participação popular;
- d) comunique ao Ibama e demais instituições interessadas, com antecedência mínima de 20 dias, as datas e os locais das oficinas.

Brasília, 26 de fevereiro de 2016

Alessandra Duim

Analista Ambiental da Cohid/IBAMA

Leonora Milagre de Souza

Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Sara Quizia Correa Mota

Analista Ambiental da COHID/IBAMA